








Artigo Original

# O trabalho de terapeutas ocupacionais no Sistema Único de Assistência Social: percepções de profissionais atuantes no setor

*The work of occupational therapists in the Unified Social Assistance System (Brazilian Welfare System - SUAS): perceptions of professionals in the field*

Marina Leandrini de Oliveira<sup>a</sup> , Marta Carvalho de Almeida<sup>b</sup> , Júlia Franco Donato dos Santos<sup>a</sup> , Larissa Mazzotti Santamaria<sup>c</sup> , Carla Regina Silva Soares<sup>b</sup> , Giovanna Bardi<sup>d</sup> , Ana Paula Serrata Malfitano<sup>a</sup> 

<sup>a</sup>Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

<sup>b</sup>Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil.

<sup>c</sup>Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC, Campinas, SP, Brasil.

<sup>d</sup>Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, ES, Brasil.

**Como citar:** Oliveira, M. L., Almeida, M. C., Santos, J. F. D., Santamaria, L. M., Soares, C. R. S., Bardi, G., & Malfitano, A. P. S. (2025). O trabalho de terapeutas ocupacionais no Sistema Único de Assistência Social: percepções de profissionais atuantes no setor. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 33, e4112. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.cto417041121>

## Resumo

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é estruturado por meio de uma rede de serviços socioassistenciais que ofertam dois níveis de proteção social: básica e especial, de média e de alta complexidades. Há terapeutas ocupacionais atuando em ambos os níveis. Por meio de entrevistas com roteiros semiestruturados realizadas com 12 terapeutas ocupacionais participantes de uma Comunidade de Práticas em Terapia Ocupacional no SUAS, buscou-se identificar e discutir as percepções dessas profissionais sobre o trabalho desenvolvido, dialogando sobre suas ações. A análise das entrevistas identificou um conjunto de percepções reunido e discutido em torno dos seguintes eixos temáticos: a) Acolhimento, escuta qualificada e diálogo horizontal: a alteridade como guia; b) O fazer que transforma: desafios e potências do uso das atividades por terapeutas ocupacionais na assistência social; c) Articulação em rede no trabalho no SUAS; d) Fragilidades e necessidades percebidas pelas profissionais. A diversidade de inserção profissional das participantes no sistema revelou que, conforme suas percepções, o trabalho apresenta elementos transversais aos diferentes serviços e níveis de proteção na assistência social, bem como elementos mais específicos da terapia ocupacional, considerando as particularidades dos públicos e dos objetivos institucionais. Também foi constatada a relevância da criação e manutenção de espaços de debate e de formação profissional para terapeutas ocupacionais atuantes no SUAS, como as Comunidades de Práticas, que favorecem articulações entre profissionais.

**Palavras-chave:** Terapia Ocupacional, Prática Profissional, Assistência Social, Política Social.

Recebido em Maio 9, 2025; 1ª Revisão em Out. 15, 2025; Aceito em Nov. 5, 2025.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

### **Abstract**

The Unified Social Assistance System (SUAS) is structured through a network of social assistance services that provide two levels of social protection: basic protection and special protection, at medium and high complexity. Occupational therapists work at both levels. Based on semistructured interviews conducted with 12 occupational therapists participating in a Community of Practice in Occupational Therapy within SUAS, this study sought to identify and discuss their perceptions of their work, focusing on their actions. The analysis of the interviews identified a set of perceptions discussed around the following thematic axes: a) Welcoming practices, qualified listening, and horizontal dialogue: otherness as a guide; b) Transformative doing: challenges and potentialities of activity use by occupational therapists in social assistance; c) Network articulation in SUAS work; d) Fragilities and needs perceived by the therapists. The diversity of professional insertion among participants in the system revealed that, from their perspectives, the work includes transversal elements across different services and levels of protection in social assistance, as well as elements that are more specific to occupational therapy, considering the particularities of the populations assisted and the institutional objectives. The study also identified the relevance of creating and maintaining spaces for debate and professional development for occupational therapists working in SUAS, such as Communities of Practice, which support articulation among professionals.

**Keywords:** Occupational Therapy, Professional Practice, Social Support, Public Policy.

## **Introdução**

Desde 2005, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem oferecido serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, implementando ações fundamentadas na perspectiva da universalização de direitos e efetivando avanços nos âmbitos conceitual, organizativo e de gestão da assistência social no Brasil. O SUAS é estruturado por meio de uma rede socioassistencial organizada em níveis de complexidade para provisão da Proteção Social Básica e Especial. Enquanto a Proteção Social Básica (PSB) tem como foco a prevenção de situações de risco e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a Proteção Social Especial (PSE) se divide em média e alta complexidades e provê atenção especializada a sujeitos e famílias em situação de risco pessoal e social, bem como àqueles que tiveram seus direitos violados (Brasil, 2005).

As diretrizes do SUAS recomendam diferenciação entre as ações de prevenção aos agravos das vulnerabilidades e riscos sociais, que devem ser realizadas no âmbito da Proteção Social Básica, e aquelas que incidem sobre situações de violação de direitos, que devem ser oferecidas nos serviços de Proteção Social Especial (Brasil, 2005). Contudo, as repercussões do contexto socioeconômico nas dinâmicas singulares da vida cotidiana produzem a intersecção entre problemas de vários graus de intensidade e chegam igualmente aos serviços dos diferentes níveis do sistema, exigindo dos profissionais uma constante “leitura centrada e conhecedora da realidade social e subjetiva” (Lopes et al., 2014, p. 600) e a adequação de ações profissionais à complexidade das demandas trazidas pelos usuários. Como discutiram Jannuzzi et al. (2023), ao analisarem o desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tomando por eixo a expansão das capacidades políticas, institucionais e

administrativas do Estado nas últimas décadas, a força de trabalho é uma questão estratégica quando se trata de alcançar objetivos em políticas sociais. E se os agentes de ponta são cruciais para grande parte das políticas sociais, afirmam os autores, na assistência social essa centralidade é ainda mais evidente, uma vez que essas trabalhadoras operacionalizam os princípios, normas, intenções e objetivos da política na realidade de serviços cuja clientela é composta, em sua maioria, por pessoas com poucos recursos para enfrentar a violação de direitos ou as condições de vulnerabilidade social que experimentam. Assim, seja na formulação, seja na implementação da política, considera-se que as trabalhadoras<sup>1</sup> são os verdadeiros ativos capazes de produzir os resultados desejados, sobretudo diante dos limites impostos pelo contexto neoliberal e pelos processos de precarização, que impõem obstáculos à operacionalização do trabalho social.

No que tange à terapia ocupacional, sua regulamentação como categoria profissional apta a compor as equipes de referência e/ou a gestão dos serviços do SUAS, conforme as demandas e particularidades locais, regionais e territoriais – formalizada pela Resolução n.º 17 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2011 (Brasil, 2011) –, favoreceu a crescente presença de profissionais da área em variados serviços dos diferentes níveis de proteção social (Oliveira et al., 2019). Assim, a atuação com diferentes populações e demandas nos serviços do SUAS ampliou a busca de terapeutas ocupacionais por bases teórico-metodológicas que informem coerentemente o trabalho desenvolvido na assistência social e a leitura social das demandas dos usuários. Do mesmo modo, as produções acadêmicas avançaram nessa direção.

O mapeamento das publicações sobre terapia ocupacional e assistência social realizado por Bardi & Malfitano (2024) identificou uma crescente produção sobre diferentes temáticas, abrangendo desde o enfoque no percurso histórico profissional — evidenciando a atuação profissional de terapeutas ocupacionais articulada à constituição e desenvolvimento de políticas sociais no país, com ênfase na assistência social (Almeida & Soares, 2023) — até as experiências práticas nos diferentes serviços, com variadas populações e nos níveis de proteção propostos pelo SUAS, demonstrando a diversidade de experiências em curso. Nesse mapeamento, a terapia ocupacional social foi identificada como o referencial teórico-metodológico mais utilizado. Compreende-se que o conjunto dessas publicações representa o esforço coletivo para a fundamentação e o fortalecimento de um campo profissional que, como identificado por Oliveira (2020), apresenta necessidade constante de espaços de troca de conhecimentos e saberes que apoiem a prática profissional.

Partindo desse reconhecimento, nos anos de 2020 e 2021, docentes e terapeutas ocupacionais de três universidades brasileiras: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade de São Paulo (USP), reuniram-se para a criação de uma Comunidade de Práticas (Wenger-Trayner & Wenger-Trayner, 2015), convidando terapeutas ocupacionais atuantes no SUAS. A Comunidade se instituiu, inicialmente, por meio de um projeto de extensão universitária cuja finalidade era articular estratégias coletivas para o enfrentamento de questões pertinentes à atuação profissional no SUAS (Bardi et al., 2023). A formação da Comunidade foi a estratégia escolhida naquela ocasião por configurar um espaço colaborativo que reúne profissionais com interesses semelhantes para trocar e produzir conhecimentos, compartilhar vivências e

---

<sup>1</sup> Considerando a preponderância de mulheres como trabalhadoras nas políticas sociais, especialmente na assistência social, opta-se, neste texto, pelo uso do feminino.

desenvolver ações conjuntas, com vistas a aprimorar as dinâmicas profissionais desenvolvidas (Wenger-Trayner & Wenger-Trayner, 2015). As coordenadoras do projeto, pesquisadoras das universidades envolvidas, integram a Rede Metuia - Terapia Ocupacional Social e, ainda que tenham percursos individuais em cada universidade, há anos se dedicam ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária na assistência social, tendo como referencial teórico-metodológico a terapia ocupacional social.

As atividades da “Comunidade de práticas em terapia ocupacional no SUAS: articulação profissional e construção de estratégias” contaram com a participação de 47 terapeutas ocupacionais de diferentes regiões do Brasil, em sua maioria mulheres, e ocorreram em dois ciclos de encontros virtuais regulares: o primeiro de outubro a dezembro de 2020 e o segundo de fevereiro a julho de 2021 (Bardi et al., 2023). Em 2021, as atividades da Comunidade foram ampliadas, com a criação de um *blog* “TO.noSUAS” (Comunidade de Práticas em Terapia Ocupacional no SUAS, 2021) e de uma conta no Instagram (@tonosuas), ambos sustentados por participantes da Comunidade por meio da produção regular de conteúdos sobre a terapia ocupacional na assistência social até o início de 2023 (Bardi et al., 2024). Em 2022, a Comunidade organizou um evento *online*, denominado “TO.noSUAS: Diálogos Contemporâneos”, que enfatizou a necessidade de formação contínua de terapeutas ocupacionais como uma das principais estratégias para fortalecer e qualificar o trabalho realizado no SUAS.

Desde o início das atividades, o encontro entre participantes mostrou-se uma oportunidade de troca e produção de conhecimentos com base nas demandas trazidas pelas terapeutas ocupacionais quanto à necessidade de aprofundamento teórico e metodológico, bem como pela busca de recursos e ferramentas de trabalho para sua atuação no SUAS (Bardi et al., 2023). Ao longo do processo, as participantes reiteraram o interesse em dialogar com colegas que atuassem no mesmo nível de proteção social e, se possível, nos mesmos tipos de unidade e/ou serviço, frisando as diferenças e especificidades que observavam no trabalho desenvolvido nos âmbitos da proteção social básica e especial. Por serem, na maior parte das vezes, as únicas profissionais da categoria em uma unidade do SUAS, relatavam a necessidade de produzir alinhamentos conceituais e práticos com outras colegas da mesma profissão.

Assim, partindo da observação de que a Comunidade reunia grande diversidade de experiências de trabalho, realizadas em diferentes serviços e níveis de proteção social do SUAS, e de que as relações entre as participantes haviam se estreitado, as coordenadoras propuseram o estudo cujos resultados são aqui apresentados. Seu objetivo foi identificar e discutir percepções sobre o trabalho desenvolvido por terapeutas ocupacionais no SUAS, com foco nas ações empreendidas nos diferentes níveis de proteção social. A decisão de dialogar com profissionais que pudessem colaborar para a composição do cenário de atuação nos diferentes níveis ocorreu com base na hipótese de que existem ações específicas a serem desenvolvidas em cada nível, conforme apontado pelas próprias trabalhadoras participantes da Comunidade.

## **Método**

Optou-se pela realização de entrevistas como forma de produzir dados descritivos e valorizar a experiência profissional das trabalhadoras, considerando suas perspectivas acerca da atuação profissional (Lüdke & André, 2014).

A entrevista com roteiro semiestruturado foi escolhida para produzir informações contribuíssem para o conhecimento das percepções de terapeutas ocupacionais atuantes no SUAS sobre suas práticas, de forma singularizada. Segundo Marconi & Lakatos (2003, p. 195) a entrevista “é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Quanto à entrevista semiestruturada, Dicicco-Bloom & Crabtree (2006, p. 315) afirmam que esta é comumente “organizada em torno de um conjunto de questões abertas pré-determinadas, com outras questões emergindo a partir do diálogo entre entrevistador e entrevistado”. Assim, à luz do objetivo deste estudo, o roteiro compreendeu aspectos sobre o cotidiano de trabalho das terapeutas ocupacionais no serviço de assistência social (envolvendo a descrição de um dia de trabalho e o relato de um caso acompanhado), os recursos/tecnologias sociais utilizados na prática terapêutico-ocupacional, a percepção sobre as impressões da equipe de trabalho acerca da terapia ocupacional nos serviços mencionados e as possíveis estratégias de articulação, qualificação e fortalecimento da categoria no setor da assistência social.

Os critérios de inclusão estabelecidos inicialmente foram: a) ser graduada em terapia ocupacional; b) ter, ou ter tido, vínculo de trabalho com unidades socioassistenciais; c) ter se inscrito no projeto “Comunidade de práticas em terapia ocupacional no SUAS”. Foram selecionadas 12 (doze) terapeutas ocupacionais entre as integrantes da Comunidade, sendo quatro vinculadas à Proteção Social Básica e oito à Proteção Social Especial, das quais quatro atuavam na Média Complexidade e quatro na Alta Complexidade.

Para a seleção das participantes, foi elaborada uma planilha Microsoft Excel<sup>®</sup> com a relação das 77 inscritas na Comunidade, distribuídas segundo as unidades de trabalho e os níveis de proteção social correspondentes, acompanhada do percentual de frequência nos encontros. Em seguida, realizou-se um escalonamento decrescente por porcentagem de participação, o que permitiu que aquelas que tiveram maior frequência fossem convidadas primeiramente. Em caso de indisponibilidade, convidou-se a profissional subsequente até se atingir o número previamente definido por conveniência. As entrevistas foram realizadas integralmente pela equipe de coordenadoras da Comunidade, via Google Meet<sup>®</sup>, em dias e horários previamente agendados entre janeiro e março de 2023. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas por estudante bolsista do projeto. O material transcrito foi enviado às participantes para ciência e concordância, o que ocorreu em todos os casos<sup>2</sup>.

Inicialmente, o conjunto de informações provenientes das transcrições foi analisado por meio da identificação e discussão temática, de forma descritiva, o que identificou quatro categorias: a) Acolhimento, escuta qualificada e diálogo horizontal: a alteridade como guia; b) O fazer que transforma: desafios e potências do uso das atividades por terapeutas ocupacionais na assistência social; c) Articulação em rede no trabalho no SUAS; d) Fragilidades e necessidades percebidas pelas profissionais. Após esta primeira fase, as autoras realizaram sucessivas reuniões para debater e aprofundar coletivamente as interpretações sobre os dados produzidos, alcançando consensos, adensamento analítico e, ao final, a consolidação das categorias de discussão.

---

<sup>2</sup> Em relação aos aspectos éticos, foram respeitadas as diretrizes e normas da Resolução 510/2016, que dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) sob parecer n.º 4.759.709 (CAAE: 46018721.5.0000.5154), e todas as entrevistadas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

## Resultados e Discussão

As 12 entrevistas transcritas produziram um total de 96 páginas, que passaram por repetidas leituras para possibilitar o delineamento dos principais achados em correspondência aos objetivos do estudo. Os resultados foram organizados de modo a apresentar, inicialmente, a caracterização da inserção profissional das participantes, no que diz respeito à natureza do serviço, ao tempo de atuação nesse contexto, ao nível de proteção social correspondente e à localização geográfica da unidade no que se refere à unidade federativa. A seguir, apresenta-se a discussão dos dados com foco nos eixos analíticos propostos.

### Caracterização da inserção profissional das participantes

A apresentação dos resultados inicia-se pela Tabela 1, que apresenta as terapeutas ocupacionais colaboradoras do estudo.

**Tabela 1.** Características da inserção profissional das participantes por nível de proteção, tempo de atuação, unidade/serviço de atuação e localização geográfica por estado.

Codificação*	Nível de proteção**	Tempo de atuação na unidade	Unidade/Serviço de atuação	Estado
TO 1	PSB	7 anos	CRAS (Serviço de Proteção e Atendimento Integral Família - PAIF)	São Paulo
TO 2	PSB	1 ano	Centro de Convivência para Idosos (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos)	Distrito Federal
TO 3	PSB	7 anos	CRAS (Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos)	São Paulo
TO 4	PSB	7 anos	CRAS (Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos)	São Paulo
TO 5	PSE - MC	2 anos e 7 meses	CREAS (Serviço de Atendimento Domiciliar para Pessoa Idosa e com Deficiência)	Espírito Santo
TO 6	PSE - MC	10 anos	CREAS (Serviço de Atendimento Domiciliar para Pessoa Idosa e com Deficiência)	Espírito Santo
TO 7	PSE - MC	15 anos	CREAS (Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade / realizado por Organização da Sociedade Civil)	São Paulo
TO 8	PSE - MC	21 anos	CREAS (Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade / realizado por Organização da Sociedade Civil)	São Paulo
TO 9	PSE - AC	13 anos	Instituição de Longa Permanência para Idosos (Serviço de Acolhimento Institucional)	Paraná
TO 10	PSE - AC	4 anos	Casa Lar para mulheres (Serviço de Acolhimento Institucional)	São Paulo
TO 11	PSE - AC	1 ano e 9 meses	Residência Inclusiva para pessoas com deficiência (Serviço de Acolhimento Institucional)	São Paulo
TO 12	PSE - AC	1 ano e 8 meses	Residência Inclusiva para pessoas com deficiência (Serviço de Acolhimento Institucional / realizado por Organização da Sociedade Civil)	São Paulo

**Fonte:** Elaborada com base nos dados da pesquisa. \*Os nomes das participantes foram codificados para preservar a identidade. \*\*PSB: Proteção Social Básica; PSE - MC: Proteção Social Especial de Média Complexidade; PSE - AC: Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Identificou-se que, apesar da variação no tempo de atuação, todas trabalhavam há pelo menos um ano na unidade/serviço de referência. Das 12 entrevistadas, cinco tinham de 1 a 4 anos de atuação no SUAS e sete acumulavam de 7 a 21 anos no setor. O período prolongado de atuação, especialmente entre aquelas que somam mais de sete anos, demonstra que o perfil das entrevistadas não é marcado por grande rotatividade na assistência social em razão da precarização salarial e dos vínculos profissionais (Pereira et al., 2017), mas por terapeutas ocupacionais com relativa permanência nesse campo. Assim, esse dado pode estar associado às características específicas do grupo de profissionais convidado para participar deste estudo.

Acerca dos serviços, o desenho da pesquisa buscou garantir que cada nível de proteção social estivesse representado por meio de uma composição que incluísse terapeutas ocupacionais dos diferentes níveis que integram o sistema. Em relação à localização dos serviços nos quais atuam as participantes, destaca-se que a maioria trabalha no estado de São Paulo (8), seguida pelo estado do Espírito Santo (2), Distrito Federal (1) e Paraná (1). Assim, com exceção destas duas últimas, todas trabalham na região Sudeste do país. Essa distribuição, com maior concentração na região Sudeste, está em consonância com o fato de que grande parte das participantes da Comunidade era proveniente dessa região (Bardi et al., 2023), que também concentra o maior número de terapeutas ocupacionais no SUAS (Oliveira et al., 2019; Oliveira, 2020).

### **Acolhimento, escuta qualificada e diálogo horizontal: a alteridade como guia**

Ao responderem sobre ações e recursos empregados no cotidiano do trabalho enquanto terapeutas ocupacionais, as profissionais mencionaram, recorrentemente, alguns componentes que não dizem respeito ao seu núcleo de saberes e práticas profissionais (Malfitano, 2005), ou seja, deram ênfase a ações que não se realizam a partir de uma vinculação com a especificidade do campo da terapia ocupacional. Em quase todas as entrevistas, foram mencionados o acolhimento<sup>3</sup> e a escuta qualificada, considerados componentes essenciais do trabalho social a ser desenvolvido nos serviços socioassistenciais e não atribuídos a profissionais com uma identidade específica (Brasil, 2014). Segundo as entrevistadas:

*A gente solicita que as pessoas venham para a acolhida. [É] um momento em que escuto um pouco as demandas da população, explico os serviços do CRAS, os direitos socioassistenciais... Enfim..., para ser a porta de entrada mesmo. (TO 1)*

*A gente consegue se colocar nesse lugar... acho que nisso a terapia ocupacional pode contribuir bastante. A gente aprende a fazer isso, esse exercício de alteridade, também ético, da escuta, da percepção, de entender qual é a vivência, de que lugar ele [o usuário] fala. (TO 9)*

A menção a essas ações parece refletir o reconhecimento das terapeutas ocupacionais sobre a importância de sua integração à dinâmica do trabalho interdisciplinar no âmbito da assistência social, compondo colaborativamente as equipes técnicas dos serviços nos quais atuam e somam forças na construção do trabalho social esperado.

---

<sup>3</sup> O termo “acolhimento”, conforme é empregado pelas terapeutas ocupacionais, não está presente nas normativas da Assistência Social, sendo possível dizer que o seu sentido é representado aproximadamente pelo termo “acolhida”, que transmite a ideia de dar cuidadosa atenção às necessidades, interesses e possibilidades manifestadas pelos usuários dos serviços.

De outra perspectiva, contudo, pode-se considerar que as entrevistadas evidenciaram em suas respostas o que Bezerra & Trindade (2024, p.144) entenderam ser a “indiferenciação das atribuições e competências no trabalho profissional na assistência social”, descrevendo-a como um fator que pode colaborar para a intensificação da precarização do trabalho no SUAS, uma vez que é ideologicamente utilizada para reduzir o número e a diversificação de profissionais nas equipes dos serviços. Essa indiferenciação, segundo esses autores, origina-se de processos que concorrem para a produção de um “fetiche” em torno do trabalho interdisciplinar, ou seja, que atribuem a ele, sem a devida crítica, qualidades benéficas inerentes à sua própria natureza ou possibilidades superiores ao que de fato possui.

Para Bezerra & Trindade (2024), esses processos guardam relação com três vetores sociais mais amplos, não relacionados à especificidade dos movimentos internos às profissões: as definições institucionais e características da política de assistência social, a intensificação da precarização do trabalho e dos serviços sociais públicos na atual conjuntura e as formas de organização do trabalho em equipe no SUAS. Assim, fetichizado, o trabalho interdisciplinar acaba por não ser alvo de reflexões e novas elaborações no cotidiano dos trabalhadores, impedindo que a equipe busque maiores níveis de qualificação do trabalho social com base nas contribuições singulares das diferentes profissões que a integram. Essa ausência de debates acerca das diferentes categorias profissionais na construção do trabalho cotidiano parece refletir-se, também, na forma como as terapeutas ocupacionais consideram serem percebidas pelos demais membros da equipe. Uma das entrevistadas menciona que:

*na assistência ainda não se reconhece [a terapia ocupacional]. Não se compreende os seus campos teóricos ou o lugar que ela ocupa nos contextos sociais. E quando você não reconhece ou não sabe, você não avança nas práticas, nas intervenções, ou não defende [a presença] de seus recursos. (TO 8)*

Outra profissional traz um conteúdo semelhante em relação à indiferenciação profissional:

*O trabalho da TO é muito fluido, possui muitas frentes... Eu não entendia que eu tinha uma atuação de terapeuta ocupacional lá [...] Você está na equipe técnica, você tem o seu saber e vai compor os processos, compor a equipe, mas não vai fazer atendimento específico na sua área. (TO 11)*

Levando em conta esses apontamentos, as entrevistas indicam que existem temas importantes a serem debatidos na realidade do trabalho em equipe no SUAS. As potencialidades da composição de uma equipe com profissionais que trazem diferentes possibilidades de intervenção sobre os problemas sociais parece ser um tema que merece aprofundamento. Nesse processo, cabe indagar se a ausência das especificidades profissionais nos serviços do SUAS tem colaborado para superar a indesejada fragmentação de saberes e práticas ou se tem contribuído para aprofundar a exploração do trabalhador em tempos de ajustes neoliberais.

Tendo sido incentivadas a apresentarem ações que realizam em seus locais de trabalho, foi possível observar que as entrevistadas narraram atendimentos e acompanhamentos fundamentados na leitura de necessidades e potências de sujeitos, famílias, comunidades e territórios onde o trabalho ocorre.



*[Realização de] leitura sobre o contexto, história e território e uso de estratégias como grupos de atividades. (TO 8)*

*A partir da minha especificidade, mobilizo recursos a partir da demanda que se apresenta e não à priori. O que se coloca, concretamente, como demanda apresentada. O que você pode identificar como demanda a partir de uma leitura crítica de realidade, ou seja, de contexto. (TO 9)*

Em suas descrições, muitas vezes foram assinalados os nexos entre tais necessidades, potências e os objetivos orientadores desses acompanhamentos. Contudo, as ações e os recursos empregados na busca desses objetivos poucas vezes foram discriminados com a mesma assertividade.

Por meio dessas descrições também foi possível notar que as participantes consideram que devem compreender e atuar sobre as singularidades das realidades individuais e coletivas com as quais entram em contato, ainda que todas estejam fortemente marcadas por precariedades comuns, típicas das camadas sociais que vivem em situação de vulnerabilidade e risco sociais.

Pelas palavras das entrevistadas, o trabalho nos serviços do SUAS requer constante inventividade e uma busca permanente por novas estratégias e recursos, o que indica a existência de um compromisso das trabalhadoras com a qualidade de suas ações.

*Cada sujeito, cada família é muito singular, eu falaria mais por território. Quando a gente fala de territórios, têm alguns com características que eu não posso fazer determinadas coisas que em outros eu já poderia fazer, isso para mim é muito claro, até a abordagem se diferencia. (TO 6)*

*São bem amplos nossos recursos e bem cíclicos, tem momentos que entra muito a atividade, por exemplo, da música porque tem muito perfil dos adolescentes, em outro momento entra o grafite porque é algo que também tá na identificação ali com os grupos, em outro momento entram esportes, enfim. Então são diferentes linguagens que a gente precisa ter enquanto um rol de possibilidades do trabalho. (TO 7)*

Porém, se por um lado essa apreciação sugere uma postura ativa das profissionais entrevistadas, tendo em vista que não estariam condicionadas passivamente à realização de ações pouco resolutivas, por outro pode representar que não têm encontrado condições apropriadas à realização de seu trabalho.

Quanto ao processo de acompanhamento da população, a formação de vínculos com pessoas e comunidades foi frequentemente destacada como componente essencial. A importância atribuída à formação de vínculos parece estar ligada ao compromisso ético-político das profissionais com a produção de relações que tomam o usuário como um sujeito de direitos; como alguém que deve ser visto, ouvido e compreendido. Afirma-se, assim, a necessidade de uma conduta contrária às práticas assistencialistas caritativas, marcadas pelo assujeitamento daquele que chega ao serviço. Nessa direção, a formação de vínculos parece ser entendida como parte indissociável das relações dialógicas e horizontais, bem como conduta organizadora de escuta que permite olhar para o “outro” em sua alteridade; como um ser que deve ser identificado e respeitado em sua realidade e contexto, a partir de referências de sua cultura (Barros et al., 2007). Além

disso, em algumas entrevistas, a dimensão relacional também apareceu investida de uma função técnico-operativa, sustentada no fato de que não bastaria o sujeito ser *tratado*, mas se reconhecer como sujeito de direitos. Por exemplo, a TO 8 narra trecho de um acompanhamento no qual buscou a mediação de ações para a mudança do lugar social em situação de violência contra mulher:

*A gente conseguiu fazer com que ela entendesse o quanto ela era vítima e que ela não precisava ficar nesse lugar, mas que ela também não precisava ser nenhuma autora de violência, que ela podia ter um outro lugar. (TO 8)*

Assim, os acompanhamentos devem promover processos em que a constância da afirmação e do exercício desses direitos, por meio de relações que os confirmem, sejam tomados como estratégia central, como discutido na terapia ocupacional social (Lopes, 2023). Observou-se, ainda, que as profissionais apresentaram seu trabalho alternando terminologia adotada no setor para expressar ações compartilhadas pela equipe e noções próprias dos fundamentos teórico-metodológicos da terapia ocupacional. Pode-se indagar se essas formas de apresentação do trabalho – articulando o comum do setor e o específico da profissão – podem ser recursos para a construção de sentidos que ajudem a alicerçar suas práticas nos serviços do SUAS.

### **O fazer que transforma: desafios e potências do uso das atividades por terapeutas ocupacionais na assistência social**

Para as terapeutas ocupacionais entrevistadas, nos serviços da assistência social as atividades desempenham um papel central no seu trabalho, fazendo-se presente em diferentes modalidades de acompanhamento. Compreende-se aqui que o uso das atividades corresponde aos recursos utilizados em suas práticas. As profissionais relataram que as ações realizadas podem ser individuais, grupais (como grupos de atividades ou reflexão, oficinas e palestras) e territoriais, quando abrangem espaços como escolas, serviços da rede setorial e intersetorial, domicílios e ambientes comunitários, incluindo praças, cinemas e outros espaços culturais.

As atividades envolvidas nos acompanhamentos são diversas, como as artesanais, artísticas, físicas, culturais, de lazer e lúdicas. Elas estão fortemente associadas às demandas e ao perfil social, demográfico e cultural da população atendida, sendo moldadas pelas especificidades dos contextos nos quais são aplicadas. No entanto, observa-se que a nomenclatura utilizada para designar essas atividades não apresenta homogeneidade entre as profissionais, resultando em diferentes denominações para práticas semelhantes.

Particularmente no que se refere às atividades coletivas ou grupais, há variações na terminologia empregada, sendo frequentemente referidas como grupos de atividades, oficinas de atividades ou metodologia coletiva, sem uma diferenciação explícita entre esses termos. Em comum, essas atividades se estruturam em torno de um processo orientado por uma ação específica, seja ela cultural, lúdica, artesanal, entre outras, promovendo a participação ativa, a expressão de conhecimentos e opiniões, a construção de identidades, a interação e a reflexão, como descrito por uma das participantes:

*Temos um trabalho de oficinas de atividades, [...] mas hoje a gente caracteriza como grupo, por uma questão de nomenclatura, mesmo. Mas o que a gente faz são encontros potentes, através do fazer humano. A gente usa também a atividade como um recurso mediador das relações. (TO 6)*

A ausência de consenso terminológico pode estar relacionada às diferentes normativas e práticas correntes nos distintos níveis de proteção social e campos de atuação, como, por exemplo, as diferenças que distinguem o campo terminológico da socioeducação em relação à esfera do acolhimento institucional. Além disso, pode refletir um movimento das profissionais em busca de alinhamento com outros atores/setores que influenciam a gestão do trabalho no SUAS, incluindo gestores, órgãos de monitoramento e fiscalização, bem como a influência da nomenclatura adotada em outras políticas setoriais nas quais as terapeutas ocupacionais atuaram anteriormente.

Na narrativa das trabalhadoras, observa-se que as atividades, especialmente nas modalidades grupais, projetam-se para além de seu papel mediador da comunicação ou disparador de reflexões. Elas são os elementos principais da construção de espaços físicos e simbólicos de participação ativa dos sujeitos acompanhados, nos quais os participantes podem se expressar sem julgamentos, compartilhar opiniões e identidades, interagir e, sobretudo, vivenciar a experiência da tomada de decisões.

*Tentamos ser muito criativos, de acordo com aquilo que o adolescente está trazendo enquanto habilidade e experiências que ele gostaria de vivenciar. (...) Mas, sem dúvida, em termos de tecnologia de trabalho, acho que são as diferentes linguagens o que a gente vai trabalhando. (...) Linguagens pela arte, pela música, por diferentes expressões que vão possibilitando, de fato, que o adolescente se reconheça ali através daquela atividade [...] A gente constrói com o adolescente para garantir a participação do adolescente, para dar voz para esse adolescente e a partir dele construir as atividades, por isso temos muitos recursos, tanto de atividades quanto de parcerias, que a gente vai utilizando para poder chegar num adolescente, poder da melhor forma promover as experiências, as atividades que vão fazendo sentido. (TO 7)*

Nota-se no discurso de algumas entrevistadas o conceito de atividade desenvolvido na terapia ocupacional social, ou seja, a atividade como um construto mediador de múltiplas relações, situado em um contexto cultural e histórico específico, como discutiram Barros et al. (2002). Nessa perspectiva, ela se caracteriza por sua natureza inacabada, sendo constantemente construída no movimento e na comunicação, que se manifesta em diversas formas, como nas linguagens verbal, gestual, sonora, icônica e simbólica. A atividade se realiza na experiência e na situação vivida, possuindo uma materialidade que lhe confere significado, mas que também estabelece condições e limites para sua interpretação. Ela é moldada pela história, pelas práticas sociais e pelos valores culturais dos indivíduos e grupos que a vivenciam. Assim, pode ter caráter singular e coletivo, podendo promover tanto a emancipação quanto a alienação. O que determinará seu papel será a intencionalidade que orienta seu uso e os processos adotados para sua realização, sendo que, para promover a emancipação, é essencial que se afirme como parte de processos voltados à ampliação da autonomia, cidadania e participação social (Godoy-Vieira et al., 2024; Farias & Lopes, 2022). Aqui, compreende-se como emancipatórias as práticas que “permitem a reflexão sobre

as origens sociais dos problemas enfrentados pelas pessoas na sociedade”, sendo que essa perspectiva é atribuída pela intenção do profissional e não pela atividade em si (Godoy-Vieira et al., 2024, p. 3).

Sob essa perspectiva, terapeutas ocupacionais descreveram a atuação territorial e comunitária por meio da realização de atividades como uma das estratégias mais importantes em suas práticas profissionais na assistência social, considerando-se especialistas em sua utilização. Neves et al. (2023) identificaram as contribuições e especificidades da atuação da terapia ocupacional no contexto da assistência social, caracterizada pelo uso de atividades em espaços coletivos e pela abordagem centrada no cotidiano dos sujeitos.

### Articulação em rede no trabalho no SUAS

A articulação em rede foi mencionada pela maioria das profissionais entrevistadas como uma ação técnica desenvolvida no cotidiano de trabalho nas unidades socioassistenciais dos diferentes níveis de complexidade do SUAS. Essas menções estiveram presentes, sobretudo, nas respostas referentes à descrição de um dia de trabalho, ao relato de um caso acompanhado em seu serviço e à especificação dos recursos e das metodologias presentes em seu trabalho.

No cotidiano dos serviços, a articulação em rede apareceu como uma das ações, junto de tantas outras realizadas, para atingir os objetivos da proteção social:

*Atendimento individual, atendimento coletivo, ações no território, **encaminhamento e articulação com a rede**, acolhida, um momento que eu escuto um pouco as demandas da população, e encaminhamentos frente aos direitos sociais assistenciais. (TO 1, destaque nosso)*

A articulação com outros serviços da assistência social e de outros setores, como a saúde e/ou a cultura, foi mencionada em diversos momentos, numa compreensão das terapeutas ocupacionais de que a política de assistência social não é suficiente para lidar com a complexidade que envolve as demandas dos seus usuários. Nesse sentido, elas consideram ser parte do seu trabalho realizar mapeamentos de serviços e tecer encaminhamentos com outros setores, na perspectiva da garantia dos direitos e da cidadania da população acompanhada.

Importante destacar que a identificação da categoria de terapeutas ocupacionais com a natureza de ações em rede é recorrente em diferentes subáreas da profissão ligadas às políticas sociais. Avelar & Malfitano (2022), discutindo esse tópico com profissionais atuantes em diferentes políticas, encontram tal recorrência, concluindo, contudo, que ela não pode ser compreendida como uma ação profissional específica ou exclusiva. Isso dialoga com o princípio legislativo da proteção social, que prevê, em sua conceituação, a integração entre as políticas para a efetiva consecução da proteção social por meio de sua operacionalização, o que Rezende et al. (2015) consideram como o legado do sistema de proteção social brasileiro.

Há, portanto, uma dimensão territorial implicada nesse trabalho, tendo em vista que esse mapeamento extrapola o espaço concreto de uma unidade socioassistencial.

A dimensão territorial e a articulação em rede encontram-se pautadas em documentos da assistência social, como, por exemplo, a própria PNAS (Brasil, 2004, p. 44):

*Assim, a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada.*

A articulação da rede com serviço e setores comparece na literatura como a rede de apoio social formal dos indivíduos. Segundo Pizzinato et al. (2018), a rede de apoio pode ser distinguida entre o sistema formal e o sistema informal. O sistema formal compreende as instituições e serviços públicos que prestam atendimento, cuidado e suporte para os indivíduos e a sociedade, como, por exemplo, os serviços de saúde, serviços de assistência social, conselho tutelar, juizados, escolas, INSS, departamento de habitação, entre outros. O sistema informal é composto por família, amigos, vizinhos e instituições da sociedade civil que, de alguma forma, prestam apoio social (Pizzinato et al., 2018).

O sociólogo Robert Castel denominou de *sociabilidade primária* os processos que vinculam os membros de uma comunidade pelo pertencimento a redes próximas, como família, trabalho e vizinhos, em relações de interdependência. A *sociabilidade secundária*, por sua vez, refere-se às instituições especializadas com características técnicas específicas. Ambas constituem alternativas para manter e promover um equilíbrio social e se relacionam diretamente à coesão social (Castel, 2015).

Além das profissionais terem mencionado a articulação com serviços da rede, também destacaram a articulação da rede informal como parte importante de um trabalho próximo ao cotidiano dos indivíduos:

*A atuação, no sentido de inserção em atividades territoriais, diálogos com a rede e família, possibilitaram fortalecimento de laços, inclusive um vínculo mais próximo (casamento) e o desfecho se deu na superação da violação de direitos. (TO 6).*

Em outra situação, relatada pela TO 03, referente a um caso de violência doméstica contra um adulto com deficiência, mantido em casa sem condições básicas de saúde, sem contato com serviços e sem rede de apoio, a atuação profissional foi centralmente pautada na (re)construção dos vínculos pessoais e no resgate da convivência familiar.

Outra profissional delineia a articulação com a rede informal ao descrever o caso de um jovem com envolvimento intenso com o tráfico de drogas (como espaço de trabalho), que se encontrava em situação de rua, e recebeu uma medida socioeducativa de internação temporária. A atuação ocorreu por meio de articulações familiares, sobretudo com a mãe, e considerando o vínculo que o jovem possuía com um cachorro que vivia com ele na rua. A terapeuta ocupacional enfocou o cotidiano do jovem como seu lócus específico profissional:

*O vínculo que o adolescente estabelece não necessariamente é um vínculo apenas com pessoas, pode ser um vínculo com instituições, com serviços, com animais, uma ampliação um pouco desse olhar e eu acho que isso estava muito atrelado à profissão de terapia ocupacional. (TO 8)*

Ao desenvolver práticas voltadas à articulação das redes formais e informais, as terapeutas ocupacionais produzem ações direcionadas ao acesso a direitos sociais e ao fortalecimento da rede de suporte. Os exemplos mencionados podem ser articulados às contribuições de Castel que, ao ancorar o conceito de coesão social aos pilares do trabalho e dos vínculos relacionais, evidencia vias de intervenções, no âmbito da questão social, que mobilizam as redes sociais de suporte de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou desfiliação social (Castel, 2015). Nesse sentido, para além das vulnerabilidades resultantes dos escassos recursos materiais, há a *labilidade do tecido relacional* (Castel, 1994, p. 23) que opera na marginalização de grupos.

Assim, compreende-se que as intervenções de terapeutas ocupacionais voltadas para as esferas cotidianas contribuem para sustentar a ampliação das sociabilidades (primária e secundária), conforme definido por Castel, contribuindo para a ampliação e/ou fortalecimento das redes sociais de suporte das pessoas acompanhadas e suas famílias. Os relatos denotam que a complexidade dos cotidianos exige das terapeutas ocupacionais múltiplas articulações, guiadas essencialmente pelas demandas dos usuários e pelo comprometimento profissional. Uma análise crítica das realidades sociais, alinhada a uma aproximação sensível das vidas, de suas potencialidades e vicissitudes, parece compor o trabalho de articulação entre redes formais e informais, de acordo com suas disponibilidades e possibilidades de enredamento. A execução dessas articulações ocorre como fundamentação para uma ação integral, essencial para a ampliação e/ou fortalecimento da rede de suporte social dos sujeitos (Oliveira & Malfitano, 2021).

Observa-se que terapeutas ocupacionais têm apresentado domínio para executar esse tipo de ação técnica, conforme descrito por Oliveira (2020), ao passo que a formação graduada possibilita o trânsito por diferentes setores e serviços, ampliando as possibilidades de compreensão e interlocução com múltiplos atores sociais. Desse modo, identificam facilidade na comunicação com profissionais de outras áreas, sendo, por vezes, responsáveis pelo agenciamento das redes.

*Eu percebo com muita potência, acho que a gente tem um olhar diferenciado, uma visão macro e micro total das situações, do território e das famílias e a gente consegue dialogar com esses setores. (TO 6)*

Além disso, ressalta-se haver uma compreensão de que a articulação de rede é uma ação técnica das terapeutas ocupacionais, ainda que não seja uma ação privativa da categoria. No referencial teórico-metodológico da terapia ocupacional social, que informa a maioria das práticas e pesquisa da terapia ocupacional no SUAS (Bardi & Malfitano, 2024), é pautada a *dinamização da rede de atenção* como uma ação que visa mapear os programas, projetos e ações voltados para grupos populacionais e/ou comunidades, com o intuito de fomentar a integração entre eles, articulando os diferentes setores e níveis, possibilitando o direcionamento de estratégias de intervenção (Lopes et al., 2014). No decorrer das

entrevistas, uma das profissionais mencionou a dinamização da rede como parte essencial do seu trabalho no SUAS.

*E a gente vai pensando também como tecnologias sociais, a questão da dinamização da rede de serviços, do mapeamento da rede, da articulação entre esses serviços, a gente tem que conhecer o nosso território. (TO 10)*

De acordo com Bezerra (2023), a terapia ocupacional, em comparação com a psicologia e o serviço social, é a categoria profissional que mais enfatiza os aspectos técnico-operativos do trabalho na assistência social, numa tentativa de explicitar como realizar a prática e quais recursos e estratégias compõem o trabalho em equipe no SUAS. Esse autor menciona que a ênfase na trivialidade do cotidiano dos sujeitos e nas atividades é reconhecida também pelas outras profissionais como uma característica própria das terapeutas ocupacionais (Bezerra, 2023).

Diante do exposto, constatou-se que as profissionais que integraram a Comunidade de Prática e participaram deste estudo, independentemente do nível de complexidade em que atuam no SUAS, têm na articulação de rede, formal e informal, uma relevante ação técnica para o desenvolvimento do trabalho na assistência social.

### **Fragilidades e necessidades percebidas pelas profissionais**

O trabalho das terapeutas ocupacionais na assistência social também pode ser compreendido por meio das dificuldades e fragilidades relatadas pelas profissionais. Dificuldades são observadas particularmente quando, na entrevista, as profissionais comentam sobre como percebem a valorização e/ou reconhecimento de seu trabalho como importante por parte da equipe técnica, dos profissionais da unidade ou da gestão municipal do sistema. Sobre isso, as entrevistadas relataram dificuldades para ter seu trabalho compreendido e/ou valorizado, indicando diferentes possibilidades de relação entre esses dois aspectos. Em algumas entrevistas, há relatos de que a incompreensão sobre a profissão se associa ao seu descrédito ou ao menor valor atribuído a essas ações em relação a outras que se desenvolvem no mesmo ambiente profissional. Isso parece acontecer particularmente entre as profissionais que atuavam em unidades da PSB. Já as profissionais que atuavam em serviços de outros níveis de proteção social relataram perceber mudanças na valorização do seu trabalho no decorrer do tempo, associadas às contribuições específicas da profissão no contexto socioassistencial: “acho que eles conseguiram perceber um pouquinho o que me diferenciava de outra profissional”, diz a TO 11. A mesma questão foi trazida pela TO 08, que referiu haver um lugar consolidado da terapia ocupacional na equipe da unidade onde atua, tendo em vista um processo histórico que a dotou de inequívoca legitimidade junto à equipe. Uma das entrevistadas, TO 05, porém, considerou haver uma grande variedade de situações no que diz respeito à inclusão da terapia ocupacional nos serviços socioassistenciais, afirmando já ter experimentado uma percepção mais positiva do crescimento da terapia ocupacional na assistência social, mas também o que considerou ser uma resistência da equipe em relação a essa presença.

Identificou-se que, na perspectiva das participantes, seria relevante a criação de iniciativas relacionadas ao fortalecimento e à articulação da categoria. As profissionais mencionaram a necessidade de ocupar espaços representativos, como caminho de fortalecimento.

Destacaram que, mais engajadas politicamente, poderiam transitar por entidades como os conselhos regionais e federal da profissão.

Outra estratégia indicada pelas terapeutas ocupacionais foi a implementação de espaços de acolhimento, a fim de ampliar a articulação com profissionais da área, fomentando o diálogo, publicando e realizando ações sobre o campo social e, assim, fortalecendo vínculos.

*Bom, acho que começando pela Comunidade de práticas, por exemplo, eu acho que ter esses espaços que dialoguem e tragam os desafios, os debates e as diversidades do trabalho, eu acho que é importante, a gente precisa ter esses espaços, (...) têm que garantir o orçamento o tempo inteiro e a gente tem que fazer todas as discussões. (TO 7)*

*A minha percepção é de que teria que ter mais movimentos como esses da Comunidade de prática para poder fortalecer mesmo, para a gente poder não se sentir sozinho, para poder fortalecer e porque parece que não tem, não sei se é porque eu que tava muito dentro da caixa, mas nunca vi outro projeto igual a esse que vocês organizaram. (TO 4)*

A Comunidade de Práticas foi ressaltada como estratégia de articulação profissional. De forma geral, ela foi apresentada nas entrevistas como uma oportunidade de aproximação com profissionais de outros estados, outras realidades de serviço e, a partir desse compartilhamento, possibilitou uma compreensão nacional sobre o reconhecimento político da terapia ocupacional no SUAS, com experiências que variam desde a ausência do campo de assistência social durante a graduação até falta de especialização em estados fora do eixo São Paulo-Rio de Janeiro.

*Me sinto representada tendo esse coletivo porque não me sinto sozinha, já que no município eu sou a única TO no SUAS, e já somos tão poucas assim, eu acho que é legal a gente se sentir parte de um coletivo e a gente busca produzir. (TO 1)*

A oferta de formação para trabalho de terapeutas ocupacionais no SUAS apareceu como uma das principais necessidades percebidas pelas participantes como caminho para o fortalecimento da categoria, conforme os exemplos:

*Eu acho que tem que ter mais cursos, mais ofertas de especialização na área do SUAS, especialização na área da Assistência Social, pós-graduação, curso de formação mesmo, precisa muito dessa capacitação. (TO 6)*

*Eu sinto falta de cursos de especialização, eu sinto falta de ter uma pós-graduação que fosse acessível, eu tô falando de acessibilidade mesmo porque tudo que a gente pensa hoje no social tem que ir para São Paulo, não é uma realidade minha. Então, acho que cursos de extensão, a pós-graduação, a Comunidade de práticas, eu acho que é uma estratégia muito viável. A produção de livros segmentados por serviços, de forma mais estruturada com relação às atribuições e às competências do TO, que consiga concretizar mais essas coisas. Ah, eu acho que precisa de dar mais visibilidade em espaços coletivos, tipo em centros culturais, às vezes algumas reuniões para nível de Estado, acho que é isso. (TO 5)*



As participantes enfatizam a necessidade de cursos de pós-graduação para apoiar a prática profissional no SUAS, algo que também foi apontado no decorrer dos encontros da Comunidade de Práticas (Bardi et al., 2023). A necessidade de formação é apontada em um cenário de pouco acesso a conteúdo para atuar na área social nos cursos de graduação em terapia ocupacional pelo país, como indicado por Pan & Lopes (2014).

Ressalta-se que foi mencionada a demanda de capacitações fora da região Sudeste, relacionando formações que se distanciam do polo principal de produções teóricas na área no país. Também é trazida a necessidade de fóruns, *workshops*, congressos da terapia ocupacional social, além de reflexões sobre a profissão por meio de linguagens acessíveis para discutir o cotidiano de trabalho e aumentar a compreensão e a visibilidade da categoria na área.

A produção de livros e materiais sobre a atuação da categoria na assistência social também foi apontada como uma importante estratégia para apoiar a prática profissional. Contudo, ressalta-se haver vasta produção de materiais que tratam das práticas e pesquisas da terapia ocupacional social, fundamentação teórico-metodológica pertinente para embasar as ações no setor (Bardi & Malfitano, 2024).

Além disso, outra perspectiva em relação à formação foi apresentada por uma participante:

*Os profissionais do SUAS têm muita capacitação, tem o programa de educação permanente, tem muitas empresas que dão consultorias para esses profissionais, então acho que a gente se inserir também nesses espaços de educação dos profissionais, para também mostrar o nosso saber e eu acho que esse diálogo da teoria com a prática, a gente ter conteúdos que pudessem dizer sobre as possíveis ações da TO na assistência, as possibilidades e práticas existentes, esse diálogo com a teoria, eu acho que seria importante. (TO 1).*

O apontamento dessa participante aborda a questão da formação sob outro aspecto: não se trata da oferta de formações específicas para a atuação de terapeutas ocupacionais no SUAS, mas da participação dessas profissionais nas formações gerais oferecidas pelas secretarias de assistência social, nas quais podem apresentar suas análises e metodologias de trabalho, demonstrando a sua contribuição para o setor.

## Considerações Finais

Os relatos das entrevistas permitiram descrever ações que compõem o cotidiano de trabalho de terapeutas ocupacionais que integraram a Comunidade de Práticas em terapia ocupacional no SUAS. Buscando responder ao questionamento sobre as ações de terapeutas ocupacionais nos diferentes níveis de proteção social do SUAS, as entrevistas revelaram que parte do trabalho na assistência social é transversal, ou seja, expressa campos de articulação de ações que não evidenciam distinções entre os diferentes tipos de serviços, unidades ou níveis de complexidade nos quais se inserem. Assim, não foram identificadas diferenças entre os níveis de proteção que marcam as atuações, embora as práticas estivessem em consonância com as particularidades do contexto e das populações acompanhadas em cada unidade.

Por outro lado, em alguns relatos emergiram especificidades, dada a natureza variada dos serviços que compõem cada nível de proteção social e a vinculação das profissionais a diferentes tipos de unidades e serviços. Em outras palavras, as entrevistadas diferenciam suas ações e percepções com base nas particularidades dos serviços – que frequentemente envolvem públicos-alvo e objetivos específicos – mesmo que estes se situem em um mesmo nível de proteção social.

Diante dos debates possíveis, foram enfatizados os principais recursos utilizados pelas profissionais, destacando-se as atividades na mediação das relações na atuação no SUAS. A articulação em rede foi reafirmada como uma característica do trabalho, pela frequência das menções nas entrevistas e pela importância para o trabalho social no setor. Nesse sentido, delineia-se como recurso amplamente utilizado por terapeutas ocupacionais que, embora não seja uma ação específica da categoria, é desenvolvida com frequência na busca por favorecer o acesso aos direitos e à proteção social. Já a articulação da rede informal, realizada a partir da intervenção no cotidiano dos sujeitos e grupos, agregando aspectos da apreensão dos processos sensíveis do dia a dia na articulação com as análises macroestruturais, conforma uma ação técnica específica das profissionais.

Conclui-se, dessa forma, que as ações desenvolvidas pelas participantes no trabalho na assistência social utilizam como recursos variadas atividades que se querem transformadoras e emancipatórias, sendo as articulações da rede de suporte social, formal e informal, parte de suas estratégias. Encontra-se, a partir de seus relatos, exemplos de tecnologias sociais em terapia ocupacional social sendo desenvolvidas na assistência social.

Esses resultados se contextualizam na aproximação de integrantes da Comunidade de Práticas em questão, destinada à discussão do trabalho, o que pode refletir em percepções profissionais implicadas com a reflexão de suas práticas profissionais, bem como com a intencionalidade de trocas de experiências e disponibilidade para o diálogo. Observa-se ainda que parte das entrevistadas são terapeutas ocupacionais com tempo prolongado de atuação no setor.

Cabe mencionar que, para a seleção dessas participantes, não se considerou a proporcionalidade nacional das unidades que concentram a maioria das terapeutas ocupacionais na assistência social, que, segundo o Censo SUAS, estariam na Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade, respectivamente, nos Centros Dia e Unidades de Acolhimento. Para esta pesquisa, foram convidadas quatro profissionais de cada nível de complexidade, buscando o equilíbrio de narrativas nas diferentes instâncias. No âmbito da Comunidade de Prática, as integrantes atuavam principalmente nas unidades da Proteção Especial de Média Complexidade.

Ainda como resultado deste estudo, em seu contexto específico de uma Comunidade de Prática, foi constatada a relevância da criação e manutenção de espaços de debates e formação para terapeutas ocupacionais, que viabilizam a articulação entre profissionais, assim como aquele vivenciado nesta experiência. Com isso, compreende-se que o acolhimento e escuta dos interesses e necessidades de profissionais nesse contexto, e não apenas nele, podem direcionar estratégias potentes para o desenvolvimento de ações que, de forma mais coletiva, tenham conexões que fortaleçam o complexo trabalho social de compreender e, quiçá, mover e transformar as vidas e os cotidianos que encontramos.

## Referências

- Almeida, M. C., & Soares, C. R. S. (2023). Terapia Ocupacional e assistência social: subsídios para uma atuação crítica no campo. In R. E. Lopes & A.P.S. Malfitano (Eds.), *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos* (2. ed.) (pp. 161-180). São Carlos: EdUFSCar.
- Avelar, M. R., & Malfitano, A. P. S. (2022). Terapia ocupacional e redes intersetoriais: conceitos e experiências em debate. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30, e3236.
- Bardi, G., Oliveira, M. L., Coelho, F. S., Zanoti, L. F., Soares, C. R. S., Malfitano, A. P. S., & Almeida, M. C. (2023). Comunidade de Práticas em Terapia Ocupacional no Sistema Único de Assistência Social: articulando encontros e promovendo debates em terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31(1), e3389.
- Bardi, G., Oliveira, M. L., Soares, C. R. S., Santamaria, L. M., Correa, E. O., & Borges, L. S. (2024). A terapia ocupacional no SUAS: produção e divulgação de conteúdos fomentados por uma comunidade de práticas. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 34(1-3), 1-9.
- Bardi, G., & Malfitano, A. P. S. (2024). A atuação da terapia ocupacional no Sistema Único de Assistência Social: mapeamento de produções científicas brasileiras. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 32, e3836.
- Barros, D. D., de Almeida, M. C., & Vecchia, T. C. (2007). Terapia ocupacional social: diversidade, cultura e saber técnico. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 18(3), 128-134.
- Barros, D. D., Ghirardi, M. I. G., & Lopes, R. E. (2002). Terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 13(3), 95-103.
- Bezerra, W. C. (2023). *O fetiche sobre a equipe multiprofissional no Sistema Único de Assistência Social no Brasil: Análise a partir do trabalho de terapeutas ocupacionais, psicólogos/as e assistentes sociais* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- Bezerra, W. C., & Trindade, R. L. P. (2024). O fetiche sobre a equipe profissional no trabalho na assistência social. *Argumentum*, 16(2), 142-155.
- Brasil. (2004). Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução no 145, 15 de outubro de 2004. *Diário Oficial da União*, Brasília.
- Brasil. (2005). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Resolução n. 130 de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. *Diário Oficial da União*, Brasília.
- Brasil. (2011). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Resolução n. 17 de 20 de junho de 2011. *Diário Oficial da União*, Brasília.
- Brasil. (2014). *Texto de orientação para o Reordenamento do Serviço de acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua*. Brasília: SUAS. Recuperado em 9 de maio de 2025, de <https://blog.social.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/ORIENTACAO-REORDENAMENTO-DE-ACOLHIMENTO-POP-RUA-08-05-2012.pdf>
- Castel, R. (1994). Da indigência à exclusão: a desfiliação, precariedade do trabalho e a vulnerabilidade relacional. In A. Lancetti (Eds.), *Saúde e loucura 4: grupos e coletivos* (pp. 21-48). São Carlos: Editora Hucitec.
- Castel, R. (2015). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Comunidade de Práticas em Terapia Ocupacional no SUAS. (2021). *Terapia Ocupacional no Sistema Único de Assistência Social*. Recuperado em 9 de maio de 2025, de <https://to-nosuas.blogspot.com/>
- Dicicco-Bloom, B., & Crabtree, B. F. (2006). The qualitative research interview. *Medical Education*, 40(4), 314-321.
- Farias, M. N., & Lopes, R. E. (2022). Terapia ocupacional social, antiopressão e liberdade: considerações sobre a revolução da/na vida cotidiana. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30(1), e3100.

- Godoy-Vieira, A., Malfitano, A. P. S., & Soares, C. B. (2024). Fundamentos do processo de trabalho em terapia ocupacional: uma abordagem analítica a partir do diálogo entre Terapia Ocupacional Social e Saúde Coletiva Latino-Americana. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 32, e3627.
- Jannuzzi, P., Bronzo, C., Ferrarezi, E., Brandão, L., & Ferreira, U. (2023). As capacidades estatais, serviços e trabalhadores na política de assistência social no Brasil. In F. G. Lopez & J. C. Cardoso Júnior (Eds.), *Trajetórias da burocracia na Nova República: heterogeneidades, desigualdades e perspectivas (1985-2020)* (pp. 503-532). Brasília: IPEA.
- Lopes, R. E. (2023). Cidadania, Direitos e Terapia Ocupacional Social. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Eds.), *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos* (2. ed.) (pp. 33-52). São Carlos: EdUFSCar.
- Lopes, R. E., Malfitano, A. P. S., Silva, C. R., & Borba, P. L. de O. (2014). Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 22(3), 591-602.
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (2014). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas* (2. ed.). Rio de Janeiro: E.P.U.
- Malfitano, A. P. S. (2005). Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 16(1), 1-8.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas.
- Neves, G. Q. V., Bezerra, W. C., & Bardi, G. (2023). Oficinas com cuidadoras familiares: reflexões da terapia ocupacional a partir de uma prática na assistência social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 33(1-3), 1-9.
- Oliveira, M. L. (2020). *Qual é a SUAS? A terapia ocupacional e o Sistema Único de Assistência Social* (Tese de doutorado) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Oliveira, M. L., & Malfitano, A. P. S. (2021). O Sistema Único de Assistência Social e os trabalhadores na Política Nacional Assistência social: um enfoque às terapeutas ocupacionais. *Serviço Social em Revista*, 24(1), 148-169.
- Oliveira, M. L., Pinho, R. J., & Malfitano, A. P. S. (2019). O cenário da inserção dos terapeutas ocupacionais no Sistema Único de Assistência Social: registros oficiais sobre o nosso percurso. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(4), 828-842.
- Pan, L. C., & Lopes, R. E. (2014). O ensino de Terapia Ocupacional Social nas universidades públicas do estado de São Paulo. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 24(2), 103-111.
- Pereira, M., Tassigny, M. M., & Bizarria, F. P. A. (2017). Terceirização e precarização do trabalho na política pública de assistência social. *Administração Pública e Gestão Social*, 1(3), 171-183.
- Pizzinato, A., Pagnussat, E., Cargnelutti, E. S., Lobo, N. S., & Motta, R. F. (2018). Análise da rede de apoio e do apoio social na percepção de usuários e profissionais da proteção social básica. *Estudos de Psicologia*, 23(2), 145-156.
- Rezende, M., Baptista, T. W. F., & Amancio Filho, A. (2015). O legado da construção do sistema de proteção social brasileiro para a intersetorialidade. *Trabalho, Educação e Saúde*, 13(2), 301-322.
- Wenger-Trayner, E., & Wenger-Trayner, B. (2015). *An introduction to communities of practice: a brief overview of the concept and its uses*. Recuperado em 9 de maio de 2025, de <https://www.wenger-trayner.com/introduction-to-communities-of-practice>

### Contribuição das Autoras

Marina Leandrini de Oliveira, Marta Carvalho de Almeida, Larissa Mazzotti Santamaria, Carla Regina Silva Soares e Giovanna Bardi foram responsáveis pela concepção e revisão do texto, organização das fontes e análise conclusiva dos resultados. Ana Paula Malfitano contribuiu para a concepção do artigo e sua revisão.

Julia Franco Donato dos Santos, tendo sido bolsista de iniciação científica do projeto de pesquisa que gerou os resultados apresentados, foi responsável pela transcrição das entrevistas e análise preliminar dos dados. Todas as autoras aprovaram a versão final do texto.

#### **Disponibilidade de Dados**

Os dados que sustentam os resultados deste estudo estão disponíveis com a autora correspondente mediante solicitação.

#### **Fonte de Financiamento**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Processo n.º 403772/2021-4 e Programa Interno de Bolsa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFSCar.

#### **Autora para correspondência**

Marina Leandrini de Oliveira  
e-mail: [marinaleandrini@ufscar.br](mailto:marinaleandrini@ufscar.br)

#### **Editor de seção**

Profa. Dra. Beatriz Prado Pereira